Processo nº: 0242151-67.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Decisão

Descrição: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO propôs a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA, contra CONSÓRCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES e VIAÇÃO NOSSA SENHORA DE LOURDES S/A pedindo, a título de tutela de urgência antecipada, que seja determinado que as rés, no prazo de 48 horas, empreguem o trajeto, a frota e os horários determinados pela Secretaria Municipal de Transportes, inclusive no que toca ao serviço noturno, nas linhas de ônibus 312 (Olaria x Praça Mauá - Via São Cristóvão), 313 (Penha x Tiradentes - Via Vila Cruzeiro), 621 (Penha x Saens Peña - via Mangueira), 622 (Penha x Saens Peña - Via Grajaú), 623 (Penha x Saens Peña - Via Túnel Noel Rosa), 625 (Olaria x Saens Peña) e 679 (Grotão x Méier), ou outra que as substituirem, sob pena de multa diária de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Ao final, pede que seja convertida em definitiva a tutela antecipada e sejam as rés condenadas a indenizar da forma mais ampla e completa possível os danos morais e materiais de que tenham padecido os consumidores, individualmente considerados, bem como a reparação dos danos morais e materiais causados aos consumidores considerados em sentido coletivo, no valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), valor esse a ser revertido para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Alega o MP que instaurou procedimento administrativo para averiguar reclamação que aponta irregularidades nas linhas de ônibus 312, 313, 621, 622, 623, 625 e 679, que são operadas pelos réus. Afirma que a Secretaria Municipal de Transportes verificou que as referidas linhas não estavam operando o serviço noturno, apesar de obrigadas a fazê-lo. Com a inicial de fls.02/07 veio o procedimento administrativo Reg. 196/2014 em anexo. Em decisão de fls. 9/10 foi concedida liminar determinando que os réus adotem as medidas necessárias a fim de adequar a frota em circulação quanto ao número de coletivos, bem como cumprir os horários estabelecidos pelo poder concedente para as linhas 312 (Olaria x Praça Mauá - Via São Cristóvão), 313 (Penha x Tiradentes - Via Vila Cruzeiro), 621 (Penha x Saens Peña - via Mangueira), 622 (Penha x Saens Peña - Via Grajaú), 623 (Penha x Saens Peña - Via Túnel Noel Rosa), 625 (Olaria x Saens Peña) e 679 (Grotão x Méier), fixada multa diária de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Os réus juntaram petição de fls. 15/24 requerendo a reconsideração da decisão de fls. 9/10. Sustentam que cumprem precisamente as suas obrigações, atendendo todas as linhas citadas pelo MP, de forma plena no período diurno e de forma reduzida no período noturno. Alegam que o número de usuários das linhas de ônibus no período noturno é menor do que no diurno e por isso há uma racionalização do sistema de transportes. Defendem que o edital do processo licitatório do qual o primeiro réu se sagrou vencedor aponta regras para a operação das linhas de ônibus no período noturno, remetendo-se a legislações municipais, segundo as quais, ainda de acordo com os réus, somente duas linhas deverão operar: a 622 e a 625. Aduzem que o artigo da Lei Orgânica no Município do Rio de Janeiro que prevê a obrigação da manutenção de linhas de transportes coletivos no período da noite depende de regulamentação, tendo eficácia limitada. Por fim, asseveram que a não operação no período noturno de cinco das sete linhas apontadas pelo MP não causa prejuízo aos usuários, já que, nesse período, eles são atendidos por outras linhas. Com a petição vieram os documentos de fls. 25/78. Em decisão de fls. 79 ficou mantida a de fls. 09/10. Os réus apresentaram contestação de fls. 102/121. Arguem, preliminarmente, a falta de interesse de agir por parte do MP, por não haver necessidade ou utilidade na providencia requerida. No mérito, reiteram os argumentos trazidos na petição de fls. 15/24, ressaltando que já cumprem o trajeto, a frota e os horários determinados pela Secretaria Municipal de Transportes. Aduzem que não pode o MP pretender ampliar as obrigações especificadas no edital e integrantes do contrato administrativo e que, caso isso ocorra, haverá desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, o que redundará na majoração do valor das tarifas. Defende também que não há danos morais coletivos a serem indenizados, tampouco danos morais individuais, e que não há explicação por parte do MP de quais seriam os danos materiais a serem indenizados. Por fim, requerem o reconhecimento da preliminar arguida e, se assim não for entendido, pugnam pela improcedência dos pedidos formulados. Com a contestação vieram os documentos de fls. 122/185. O MP apresentou réplica às fls. 192/204 alegando que não há falta de interesse de agir, porque os argumentos trazidos para sustentar essa preliminar são de mérito. Quanto ao mérito, afirma que o artigo 414 da Lei Orgânica Municipal já estipula a frequência mínima de sessenta minutos para a operação noturna das linhas de ônibus, sendo essa norma aplicável desde a sua edição, não podendo ser classificada como de eficácia limitada. Afirma que nem mesmo as linhas 622 e 625 vêm sendo operadas no período noturno. Ressalta, no que tange aos danos materiais coletivos, que os réus, ao não operarem a linha 239 no período noturno, experimentam enriquecimento sem causa, vez que têm seus gastos reduzidos às custas dos consumidores. No mais, reitera os argumentos trazidos na inicial e requer seja afastada a preliminar arguida e que sejam julgados procedentes os pedidos formulados. Com a réplica veio o documento de fls. 205. Despacho solicitando especificação de provas às fls. 206. Os réus juntam prova

documental complementar às fls. 209/214. O MP apresenta os documentos de fls. 218/230. É o relatório. Examinados, decido. Cuida-se de Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, legitimado ativo nos termos dos artigos 5º, I, da Lei 7347/85 (LACP) e 82, I, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), visando à tutela de direitos transindividuais dos consumidores. Os réus são prestadores de serviço público de transporte, portanto, fornecedores, nos termos do artigo 3º do CDC e o MP é o legitimado extraordinário para a defesa dos interesses dos consumidores (art. 91 CDC), razões pelas quais incidem nesta demanda as disposições do CDC. Primeiramente, atendo-me à análise da preliminar arguida pelos réus. O interesse de agir, conforme dispõe o artigo 17 do CPC, é uma das condições da ação, e como tal deve ser analisado in statu assertionis, ou seja, de acordo com as afirmações feitas pelo autor na inicial. O MP alega que os réus não vêm cumprindo com a obrigação de manter a circulação de ônibus no período noturno, afirma que multas administrativas foram impostas para que os réus regularizassem os serviços, mas que ainda assim a falha na prestação segue ocorrendo. Articulada, portanto, a necessidade desta demanda, e sendo a Ação Civil Pública o meio processual adequado para tutelar direitos individuais homogêneos dos consumidores dos serviços de transporte, está presente o interesse de agir, consubstanciado na necessidade/utilidade de uma prestação jurisdicional para a solução da lide. Qualquer conclusão distinta necessitaria análise do mérito, o que será feito no momento processual oportuno. Por essas razões, afasto a preliminar arguida. Afastada a questões prévias suscitadas, sendo competente o juízo, partes capazes e bem representadas, demanda regular, presentes os pressupostos do legítimo exercício do direito de ação, e não havendo mais irregularidades a serem sanadas, passo a fixar o ponto controvertido. A controvérsia se cinge à comprovação da irregularidade na circulação noturna dos ônibus das linhas 312, 313, 621, 622, 623, 625 e 679. Verifico a necessidade de comprovação in loco da irregularidade na circulação das referidas linhas de ônibus. Como destinatário final da prova, nos termos do caput do artigo 370 do CPC, determino de ofício a produção de prova pericial para apurar a circulação nas linhas de ônibus 312 (Olaria x Praça Mauá - Via São Cristóvão), 313 (Penha x Tiradentes - Via Vila Cruzeiro), 621 (Penha x Saens Peña - via Mangueira), 622 (Penha x Saens Peña - Via Grajaú), 623 (Penha x Saens Peña - Via Túnel Noel Rosa), 625 (Olaria x Saens Peña) e 679 (Grotão x Méier), ou outra que as substituírem, após às 21h, desde já nomeando como perito a pessoa jurídica de Licks Contadores Associados (www.licksassociados.com.br). A remuneração do perito deverá ser arcada nos termos do caput do artigo 95 do CPC. Rejeito o pedido de inversão do ônus da prova formulado pelo autor na inicial. Não entendo cabível a inversão do ônus probatório nesta demanda por ser o autor o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, órgão que possui a sua disposição recursos que não o deixam em posição de inferioridade no litígio contra a ré, não havendo no caso em análise a disparidade técnica e/ou econômica que na maioria das vezes justifica a concessão da inversão prevista no artigo 6º, VIII, do CDC para os litígios entre fornecedor e consumidor. Em razão disso, abro nova oportunidade para o MP se manifestar em provas.

Processo nº: 0242151-67.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Decisão

Descrição:

Trata-se de embargos de declaração opostos às fls. 235/237 pelo 1º réu em face da decisão saneadora de fls. 231/234, alegando omissão sanável quanto à determinação da prova pericial in loco sobre a circulação das linhas 312, 313, 621, 622, 623, 625 e 679, ou outras que substituírem, após as 21 horas, sendo que dentre essas, apenas as linhas 622 e 625 operam no período noturno das 23:01 horas às 04:59 horas como previsto no edital de licitação, não estando as demais obrigadas, entendendo inexistir controvérsia acerca deste fato. O Ministério Público às fls. 259/v.º não se opõe às razões dos embargos de declaração. É o sucinto relatório. Examinados, decido. Os Embargos de Declaração se consubstanciam em modalidade recursal cujo objetivo precípuo é remediar a obscuridade, contradição, omissão ou erro material, existente no pronunciamento judicial. Analisando as razões do embargante em conjunto com o v. acórdão de fls. 247/253, verifica-se que em razão da revogação da decisão que antecipou os efeitos da tutela, apenas as linhas 622 e 625 devem manter a operação noturna, razão pela qual acolho as razões do embargante para retificar a decisão saneadora. Isso posto, conheço dos embargos e dou-lhes provimento, com efeitos modificativos, para que a prova pericial restrinja-se à operação noturna das linhas 622 e 625, observados os horários previstos no edital de licitação e na legislação específica. P.I. Após remetam-se os autos ao expert.